

HABEAS CORPUS Nº 493.057 - SP (2019/0040269-1)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : PAULO ROGERIO COMPIAN CARVALHO
ADVOGADO : PAULO ROGÉRIO COMPIAN CARVALHO - SP217672
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : VINICIUS SILVA FERREIRA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de VINICIUS SILVA FERREIRA contra decisão monocrática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que indeferiu a medida liminar formulada no *writ* originário (HC n. 2000504-11.2019.8.26.0000).

O paciente, preso em flagrante no dia 8/10/2018, e convertida a custódia em preventiva – e-STJ fls. 38/40, foi denunciado pela suposta prática do crime de tráfico de drogas porque trazia consigo 66 (sessenta e seis) eppendorfs contendo a substância entorpecente cocaína, com peso líquido total de 15,48g (quinze gramas e quarenta e oito centigramas); 112 (cento e doze) microtubos individuais da substância entorpecente cocaína na forma de “crack” , com peso líquido total de 29,31g (vinte e nove gramas e trinta e um centigramas); 12 (doze) porções individuais da substância entorpecente Cannabis Sativa L, vulgarmente conhecida como maconha, com peso líquido total 109,38g (cento e nove gramas e trinta e oito centigramas) (grifos originais; denúncia às e-STJ fls. 41/42).

Inconformada com a prisão cautelar, a defesa impetrou o *habeas corpus* originário e, como antes relatado, o pedido liminar foi indeferido (e-STJ fl. 37).

Nas razões do presente *mandamus* (e-STJ fls. 1/36), a defesa suscita a nulidade das decisões que decretaram/mantiveram a prisão preventiva da paciente, por fundamentação inidônea (gravidade abstrata do delito), sem apresentar elementos concretos que justificassem a necessidade da medida extrema.

Argumenta a defesa estarem ausentes da espécie os requisitos autorizadores da custódia preventiva, insculpidos no art. 312 do Código de Processo Penal, destacando que o paciente é primário, portador de bons antecedentes, possui residência fixa no distrito da culpa e, em caso de eventual condenação, fará jus a regime prisional menos gravoso do que o regime fechado (tráfico privilegiado).

A defesa requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente ou, subsidiariamente, a imposição de medidas cautelares alternativas, tudo com superação do enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

É o relatório. **Decido.**

É assente a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de não caber *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar na origem, na esteira do enunciado da Súmula 691/STF, aplicável por analogia, salvo se demonstrada flagrante ilegalidade. A propósito:

PENAL E PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO LIMINAR DA INICIAL. PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. VIOLAÇÃO. INOCORRÊNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 691 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 1. O art. 557, caput, do CPC, autoriza o relator a negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior. Preliminar de desrespeito ao princípio da colegialidade rejeitada. 2. O Superior Tribunal de Justiça firmou compreensão no sentido de não caber habeas corpus contra decisão que denega liminar, a não ser em hipóteses excepcionais, quando demonstrada flagrante ilegalidade, a teor do disposto no enunciado da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal - o que não ocorre na hipótese tratada nos autos. Ademais, o presente HC foi formulado em patente descompasso com o sistema recursal vigente, notadamente o art. 16, parágrafo único, da Lei n. 12.016/2009, segundo o qual "da decisão do relator que conceder ou denegar a medida liminar caberá agravo ao órgão competente do tribunal que integre". 3. Esta Corte vem entendendo perfeitamente aplicável em casos

tais o entendimento sumular antes referido, considerando a natureza precária do ato apontado como coator proferido em sede mandamental (STJ, 5ª Turma, AgRg no HC 290557/SP, rel. Min. Jorge Mussi, DJe 25/09/2014). 4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 287.726/SE, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, Quinta Turma, DJe 11/2/2015).

Em situações excepcionais, entretanto, como forma de garantir a efetividade da prestação jurisdicional nas situações de urgência, uma vez constatada a existência de flagrante ilegalidade, abuso de poder ou teratologia, é possível a superação do mencionado enunciado sumular (HC n. 318.415/SP, de minha relatoria, Quinta Turma, julgado em 4/8/2015, DJe 12/8/2015).

No caso, pode estar configurada flagrante ilegalidade, apta a desafiar controle antecipado por este Superior Tribunal. Isso porque a decisão impugnada foi lavrada nos seguintes termos (e-STJ fl. 37):

Trata-se de Habeas Corpus com pleito expreso de pedido de liminar, impetrado por Paulo Rogério Compian Carvalho, em favor de Vinicius Silva Ferreira, que busca, essencialmente, a revogação da prisão preventiva, com imediata expedição de alvará de soltura em favor do paciente, ou, subsidiariamente, sua substituição por medidas cautelares alternativas, alegando (i) questões meritórias, (ii) presença dos requisitos autorizadores da concessão das benesses, (iii) fundamentação inidônea da decisão que decretou a prisão, (iv) ausência dos requisitos para a manutenção da prisão e (v) violação aos princípios da presunção de inocência, da proporcionalidade e da razoabilidade.

Daí que se pretexta, pelo que se expõe e se relaciona em razões que se colocam no pedido inicial, ocorrência de constrangimento ilegal, passível de correção via deste remédio heroico, presente, ao que supõe a impetração, o fumus boni juris.

Dos dados que se colhem até aqui, na interposição e documentos que a acompanham, é dado ver que o paciente foi preso em flagrante pela suposta prática de tráfico ilícito de entorpecentes.

E apontando a inicial, além do já colocado, também a presença do periculum in mora, argumenta-se com a necessidade da concessão antecipada liminar do direito perseguido.

Essa liminar, entretanto, não pode ser outorgada.

É que ela é viável, apenas, quando o constrangimento ilegal seja manifesto, palpável e detectável de plano, imediatamente, mesmo, através do mero e sucinto exame sumário da inicial e dos demais elementos de convicção que a instruem, o que, definitivamente, não ocorre no presente caso.

De efeito, sabe-se que a liminar se presta a proteger um direito que esteja para ser colocado ou esteja em risco de ser irremediavelmente lesado, coisa aqui não verificável, reprise-se.

O procedimento e a prisão aqui avaliados, ao reverso, encontram eco pleno de razoabilidade e necessidade, donde estarem absolutamente dentro dos padrões mínimos de juridicidade.

Processe-se, requisitando-se informações.

O Juízo processante, no decreto prisional, assim fez constar (e-STJ fls. 39/40):

[...]

Pelo MM. Juiz foi decidido: 1 - Flagrante formalmente em ordem. *O estado de flagrância decorre da notícia da apreensão do material ilícito, que seria relacionado ao(à)(s) autuado(a)(s). Oportunamente, redistribua-se e aguarde-se a vinda dos autos principais. 2 Acolho o requerimento ministerial, para converter a prisão em flagrante em prisão preventiva, na forma do art. 310, inc. II, do CPP, em sua atual redação. Existem, nos autos, prova da materialidade do delito (tráfico de drogas, em tese), punido com reclusão (pena máxima superior a 4 anos), e indícios suficientes da autoria, conforme exsurge dos elementos colhidos no auto de prisão em flagrante, notadamente os depoimentos dos agentes encarregados da diligência. A conduta praticada, em tese, pelo(a)(s) autuado(a)(s), é daquelas que tem subvertido a paz social. Presentes, neste instante, circunstâncias justificadoras da manutenção de sua custódia, para garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal. Com efeito, não há nos autos indicativos seguros da vinculação ao distrito da culpa. Não há, ainda, comprovante de ocupação lícita. Não há como ser deferida a liberdade, neste momento, pois necessário resguardar a ordem pública, já que a sociedade se vê constantemente atormentada pela prática de fatos como o presente, ensejadores de crimes patrimoniais, de desestabilização familiar e de violência, em termos gerais, bem como por presente o risco de se frustrar a aplicação da lei penal, já que não há garantias de que, uma vez concedida a liberdade, não se frustrará o regular andamento do feito, subtraindo-se à*

*ação da justiça criminal. Importante, ainda, a custódia, para impedir eventuais recidivas, prováveis em razão da aparente inserção em ambiente pernicioso. O delito em questão é insuscetível de fiança; não há possibilidade de aplicação de outras medidas cautelares, pois não há aparato de fiscalização adequado. Ademais, prematura incursão aprofundada no mérito, inclusive quanto a eventual privilégio, cuja aplicação somente será viável após regular instrução, a possibilitar melhor compreensão dos fatos, e aferição concreta das situações pessoais. Plenamente justificada, pois, a manutenção da custódia cautelar, que ora determino, restando prejudicados os pleitos benéficos à defesa. 3 **Expeça(m)-se mandado(s) de prisão, com as cautelas de praxe.***

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos e das **informações** a serem prestadas pelas instâncias ordinárias, para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Considerando que o pedido liminar confunde-se com próprio mérito da impetração (e que as informações da origem são imprescindíveis), é o caso de diferir sua análise para o momento oportuno.

Ante o exposto, sem prejuízo da melhor apreciação da matéria, **indefiro o pedido liminar.**

Solicitem-se, **com urgência**, informações ao Tribunal impetrado e ao Juízo de primeiro grau, inclusive (i) a cópia das principais peças processuais, decisões proferidas e certidão de antecedentes criminais; e (ii) o envio da senha para acesso às informações processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

